

# Alerta Vigilante

Boletim do Sector da Vigilância do PCP

## Manifestação da CGTP-IN marca o ritmo

É de assinalar a grande jornada nacional de luta convocada pela CGTP-IN, no passado dia 18 de Março, com mais de 100 mil trabalhadores a descer a Avenida da Liberdade! Se uma imagem vale mais do que mil palavras, que se veja e reveja aquela grande moldura humana para que se apaguem todas as dúvidas sobre como podemos e devemos canalizar a nossa revolta perante as injustiças de todos os dias.

O aumento do custo de vida tem “despertado” mais e mais trabalhadores para a necessidade de saírem à rua e exigirem melhores condições de vida e aumentos salariais.

Necessidades há muito sentidas pelas famílias transformaram-se em situações insuportáveis para os trabalhadores. São muitas as lutas desenvolvidas que vão desde greves, paralisações e manifestações um pouco por todo o país e todos os sectores de actividade.

O sector da vigilância não é excepção e temos sentido que este ano se avolumou a contestação contra as condições laborais a que estamos sujeitos.

É com acções como aquela do passado dia 20 de Janeiro à porta da Vigiexpert, em solidariedade com um colega vítima de repressão laboral, que é possível transformar a indignação que sentimos em ganhos efectivos para todos os colegas. Com a nossa força em unidade, com a nossa força colectiva, participando nas acções de luta organizada com as nossas reivindicações.

A realidade que hoje temos nos locais de trabalho: valor do salário base que se aproxima cada vez mais do salário mínimo nacional, os horários que não nos permitem ter uma vida familiar, condições precárias em que exercemos as nossas funções com a responsabilidade que temos. Por isto tudo temos que nos unir e lutar pelos nossos direitos, pois só a luta organizada e os trabalhadores unidos metem “medo” ao capital!

Quase meio século nos separa do dia 25 de abril de 1974. Nesse período da ditadura fascista, o analfabetismo rondava os 25% da população, com



*É já miseria doirada  
ver comida boa e farta  
e pagar uma fortuna  
por um quilo de batata*

especial incidência nas mulheres. A esperança média de vida rondava os 60 anos. Os rapazes tinham pela frente a mobilização para a Guerra Colonial, uma guerra que durou 13 longos anos. O medo da própria sombra, num País sem liberdade mas que lutava pela Liberdade.

Homens e mulheres lutaram pela liberdade, muitos com o preço da própria vida. Lutaram e conquistaram Abril. Uma semana depois, a 1 de Maio de 1974, mar de gente compacto sem fim saíram à rua para comemorar a liberdade, pelo fim à guerra.

Vem lutar e reivindicar os nossos direitos nos dias 25 de Abril e no 1º de Maio! Vamos exigir uma vida melhor! Aumento dos salários!



# Histórias de

## Sim, é possível resistir aos patrões

### Securitas é obrigada pelo tribunal a reintegrar vigilante

O caso é bem simples e semelhante a tantos outros. Sai a *Securitas* entra a *Prestibel*, no INA (Instituto Nacional de Administração) entidade Estatal. A anterior empresa *Securitas* compromete-se a ficar com um dos seis vigilantes e os restantes cinco ficam no limbo, ou seja, despedimento encapotado.

**Para o PCP esta primeira decisão é importante porque rompe com o clima de impunidade das empresas do sector.**

Falámos com um dos trabalhadores nesta situação, João Almeida, que trabalha há mais de 20 anos para a *Securitas*, na altura em Algés no INA. Aquando da transmissão de estabelecimento estava a substituir um colega de baixa prolongada, em Abril de 2021.

João Almeida, ciente dos seus direitos, colocou as três entidades em tribunal. A decisão em 1ª instância deu razão ao vigilante, a *Securitas* foi obrigada a reintegrar e a pagar todo o "tempo" que o trabalhador esteve em casa, a *Securitas* recorreu para o tribunal da relação (processo que está a decorrer). João Almeida acredita que esta decisão não será revogada, "acho que esta sentença do recurso irá ser proferida com maior penalização da empresa (...)".

Para o PCP esta primeira decisão é importante porque rompe com o clima

de impunidade das empresas do sector. Desde há vários anos que temos vindo a alertar para o problema criado com a transmissão de estabelecimento e a confusão que se gerou em volta dos vários contratos coletivos assinados. Consideramos que conforme está escrito na Constituição da República Portuguesa no artigo nº 53 "É garantida a segurança no emprego, sendo proibidos despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos". Neste sector nem isso acontece, porque os trabalhadores nem sequer chegam a ser despedidos. Consideramos também que o melhor garante da defesa dos interesses dos vigilantes é a lei geral de trabalho nos seguintes artigos 285, 286, 287.

Partindo do exemplo deste trabalhador, que ganhou na 1ª instância a sua reintegração na empresa, mais casos podem suceder. A exemplo desta vitória, que não é a única, outras se poderão conseguir. Neste caso foi atribuído o subsídio de desemprego. Na grande maioria dos casos os vigilantes ficam sem nenhum apoio da segurança social, "A grande diferença para outros processos é o tempo que outros trabalhadores ficaram sem receber, (...), há casos em que as pessoas ficam meses sem receber, ou seja, têm de ir procurar emprego noutra lado senão não comem".

A demora dos tribunais e a falta de apoio da segurança social, são

problemas reais, pois obrigam a que os trabalhadores não lutem pelo seu posto de trabalho e abdicem dos seus direitos. "Os trabalhadores, tal como grande parte população, encontram-se sobre-endividados, principalmente neste ramo de actividade em que os salários são baixos, ninguém se pode dar ao luxo de estar sem trabalhar, nem um mês."

O facto de terem sido metidas, em simultâneo, as 3 empresas em tribunal - *Securitas*, *Prestibel* e *INA* - fez diferença no resultado da sentença. A prática comum é condenar exclusivamente a empresa que não aceita a transmissão. Mas, perante atropelos das empresas que "transmitem", não respeitando prazos e perante a desresponsabilização de quem contrata, que se descartam das responsabilidades, dos trabalhadores. Desde cedo ficou claro que a *Prestibel* não ia ficar com os vigilantes "(...) na realidade sabia que a *Prestibel* não me ia receber(...)". E por outro lado, e tendo em conta os prazos legais que não foram respeitados pela *Securitas* no processo de transmissão, tendo em conta que o vigilante estava a fazer um substituição, o vigilante tinha a convicção de que: "a *Securitas* teria de ser condenada. Na realidade aquilo que eles fizeram dava despedimento ilícito".

Com a falta de regras claras, está criado um problema que origina que haja diferentes sentenças. Neste caso



# e resistência

## deste sector, enfrenta-los e ganhar



concreto 4 trabalhadores receberam a sentença para indemnização da *Prestibel*. No caso do João Almeida foi reintegrado na *Securitas*: “(...) no meu caso a *Securitas* foi condenada por despedimento ilícito, mas os meus colegas tiveram um juiz de uma comarca diferente, e condenou a *Prestibel*. A forma como os juízes avaliam está relacionada com os acórdãos.”

Este é o “jogo do empurra” das

***A leitura que fazemos deste processo é que as empresas do sector estão a despedir os vigilantes mais antigos, sem ter de pagar indemnizações e assim a aumentar a precariedade no sector.***

empresas do sector, ou seja, no caso das associações empresariais, AES (Associação de empresas de Segurança) e AESIRF (Associação Nacional de Empresas de Segurança). Os vigilantes “(...) hoje passam para

a *Prestibel*, daqui a 4 meses estão na *Prosegur* ou noutra qualquer” existem relatos de vigilantes que “(...) desde o ano passado já mudaram 5 vezes de camisola, isto é dignidade no trabalho? Não é!”

A leitura que fazemos deste processo é que as empresas do sector estão a despedir os vigilantes mais antigos, sem ter de pagar indemnizações e assim a aumentar a precariedade no sector.

Processo como estes repetem-se com muita frequência, aumentando a fragilidade e o desgaste : “Não só física e psiquicamente, mas também ao nível financeiro, caso não tivesse recursos para me sustentar não era com 580 euros que o ia fazer, não acredito que 98% dos trabalhadores tenha essa capacidade” (e como já foi referido este foi um caso raro, em que houve acesso ao subsídio de desemprego).

O futuro apresenta-se complicado, mas é com firmeza que João Almeida encara a sua reintegração na empresa

“Claro que espero represálias, mas irei colocar a *Securitas* em tribunal caso existam atropelos aos meus direitos” afirmando que “deixou de existir um vigilante polyvalente, pró-ativo que hoje trabalha aqui, (...) não sou colaborador da empresa sou trabalhador e como deve ser, é um pressuposto para a área da segurança privada. Tem de existir um horário de trabalho, uma letra atribuída na Escala de Trabalho e respetivo mapa de férias e registada em livro próprio. Nessas condições estou preparado para uma verdadeira “Transmissão de Estabelecimento”, caso contrário estaremos em tribunal novamente. Não existe nenhum problema em ir trabalhar novamente, aliás anseio por esse momento, pois tenho consciência da minha posição enquanto exemplo de luta e perseverança nestes momentos de desalento para tantos trabalhadores e trabalhadoras, um exemplo vivo de que a “Luta compensa”.

# Vigilantes do Amadora-Sintra à espera de um desfecho

Os vigilantes do Hospital Amadora-Sintra continuam à espera de uma decisão do tribunal relativo ao despedimento encapotado, à transmissão fraudulenta e ao "famoso" limbo para o qual os trabalhadores foram empurrados.

O caso da transmissão de trabalhadores da *Prosegur* para a empresa *Noite e Dia* é muito conhecido. A transmissão que ocorreu em Novembro de 2020 empurrou cerca de 50 trabalhadores para uma situação em que os trabalhadores perdem o posto de trabalho, mas não são despedidos.

Após quase 3 anos sem receber, alguns desabafam que «quando o patrão se atrasa a pagar dois ou três dias ficamos logo à rasca», esta situação levou a que a grande maioria destes vigilantes procurasse trabalho porque a «justiça é para quem pode esperar» e por consequência para quem detém capital e não para aqueles

que vivem do seu trabalho.

Muitos destes trabalhadores esperam poder receber as indemnizações devidas aos, efectivamente, despedimentos. No dia 27 de Março de 2023, no tribunal, a expectativa de poder receber a indemnização foi muita, mais de 20 vigilantes assistiram à sessão e comentavam o desenrolar enfadonho do caso que se perde com pormenores, alguns já muito repetidos e outros totalmente ridículos sobre datas de acessos aos computadores, sobre bastões de picagem se tinham *WiFi* e qual era a marca dos mesmos, etc.

Enquanto os vigilantes esperam e desesperam pelo desfecho do caso, ficou claro o jogo do puxa e empurra entre a *Prosegur* e a *Noite e Dia* sobre a autoria dos despedimentos dos vigilantes do Hospital Amadora-Sintra.

Ouvimos testemunhos destes

trabalhadores à porta da sala de audiências e todos apontavam para o mesmo: desgaste, cansaço e necessidade de encontrar trabalho para se sustentarem. Ouvimos inclusivamente relatos de vigilantes que após o despedimento se tinham separado dos companheiros/as ou perdido a casa e outros diziam que os nervos haviam-lhes «dado cabo da saúde». No final da sessão, quando se iam proferir as declarações finais, a advogada da *Noite e Dia* “inventa” à última hora a necessidade de ouvir uma “nova testemunha”, é o desespero dos vigilantes que querem ver este caso arrumado, assim ficou agendada uma nova sessão para ouvir esta “nova testemunha”, ou seja, mais um dia perdido num processo que já vai longo, muito longo...

À data do fecho do boletim, estivemos na nova sessão de 17 de Abril, resultado nada - nova sessão agendada.

---

## Trabalhador da *Vigiexpert* enfrenta repressão e vence

Este caso tem o mesmo começo que muitos outros, transmissão de estabelecimento, este mar de rosas vendido aos vigilantes, mas que em muito os tem prejudicado. Eugénio Rego, trabalhava na EGEAC para a empresa *Securitas* quando passou para a *Vigiexpert*. Era funcionário da *Securitas* há já mais de 25 anos, fez a transmissão de estabelecimento como muitos outros vigilantes, estando seguro de que todos os seus direitos estavam assegurados, mas posteriormente viu-se confrontado com a necessidade de fazer horas extraordinárias, e foi aí que as complicações começaram. Foi informado que era a política da empresa pagar aproximadamente 2 euros por hora extra (muito abaixo do valor). Como não quis compactuar com essa ilegalidade, começaram os problemas, saltou de posto em posto até ser colocado no parque de estacionamento na sede da empresa, num

posto sem o mínimo de condições.

Recorreu ao sindicato e posteriormente ao ACT e continuou a não ceder à pressão e por isso foi ainda mais penalizado.

Primeiro colocaram-no a fazer o turno da noite, das 00h até às 8h da manhã e depois suspenderam-no com um processo disciplinar por difamação da empresa. A greve com concentração a porta da EGEAC e da Direcção Geral do Território que estava convocada para o dia 24 de Março fez com que a *Vigiexpert* agendasse uma reunião na DGERT e nessa reunião decidiram arquivar o processo disciplinar e colocar o Eugénio num posto de trabalho.

A empresa *Vigiexpert* comporta-se de forma mesquinha e claramente pretende espezinhar para melhor explorar, pois soubemos recentemente que ainda têm créditos a pagar ao trabalhador.

Quiseram fazer do Eugénio Rego um

exemplo para os outros vigilantes, mas o tiro saiu pela culatra, Eugénio voltou a ser colocado num posto de trabalho e a fazer um horário de 8 horas, ele não vai abdicar dos seus direitos nem do dinheiro que tem a receber.

Se o Governo do PS governasse a favor dos trabalhadores, as empresas que violassem a lei, remunerando os trabalhadores abaixo do valor nos CCT, praticando este tipo de castigos e não dando condições dignas aos trabalhadores, tinham de ser seriamente penalizadas.

Estamos certos que a empresa *Vigiexpert* sairá deste processo sem nenhum tipo de penalização, coima ou advertência.

Mas neste como em muitos outros casos, os patrões vão sendo obrigados a recuar, quando se deparam com a resistência dos vigilantes.

Tiram, tiram, tiram constantemente... que nos tirem também o medo de lutar.